

EDUCAÇÃO E DIÁSPORA AFRICANA NA BAIXADA FLUMINENSE

A Baixada Fluminense é negra. Infelizmente, poucos são os pesquisadores que tem a coragem de fazer essa afirmação. Este número da revista *Recôncavo*, sobretudo por conta de seu dossiê temático, é uma reiteração dessa afirmativa, de forma que a responsabilidade e a reflexão sobre as questões da população negra tenham visibilidade suficiente para serem enfrentadas e soluções encaminhadas. A Baixada Fluminense negra não é apenas um dado demográfico, muito menos uma perspectiva antropológica sobre as suas complexidades culturais. A Baixada negra é muito mais uma posição política que encontra fôlego para a luta e a resistência contra desigualdades sociais, invisibilidades raciais, a pobreza e a miséria que se perpetua entre os trabalhadores que, contraditoriamente, produzem as riquezas de nossas cidades.

Desde os tempos coloniais que a população negra da Baixada Fluminense ostenta maior importância demográfica do que qualquer outra expressão étnica da região. O número de africanos que trabalhavam nas lavouras, nas embarcações e nas ruas das diferentes freguesias que formavam as vilas de Iguaçu, de Magé ou da Estrela sempre foram superiores à metade da população total. Com isso, as culturas de origem banto ou yorubá foram forjando nossas mais preciosas expressões culturais, repercutindo no samba, no carnaval, na capoeira, no candomblé, entre tantas outras referências da diáspora africana na região. Do mesmo modo, o período de pós-abolição foi rico e oportuno para a consolidação da população negra na região. Eram os trabalhadores negros que se moveram das zonas cafeeiras serra acima que se empregaram nas lavouras e barracões de beneficiamento da laranja nas primeiras décadas do século XX. Desse período, é possível ver a majoritária presença de alunos, alunas e professoras negras nas escolas de Iguaçu e Meriti, por exemplo.

Neste sentido, pensar Educação e Diáspora Africana para entender a Baixada Fluminense é, sem dúvida, uma grande oportunidade de pensar os processos culturais e as estruturas políticas e econômicas que moldaram na organização social. Para isso, reunimos uma série de artigos que tiveram nas reuniões de pesquisa do Grupo A cor da Baixada um lugar de reflexão coletiva, de leituras compartilhadas e de feitura marcada pelo fazer acadêmico conjugado pelo compromisso político que cada autor tem com a região e com as questões sociais. Esse é um número politicamente engajado, mas sem perder o rigor acadêmico, as reuniões de pesquisa onde se estabeleceu as escolhas teóricas e as perspectivas metodológicas de cada artigo apresentado. Contudo, esse não é um número de apenas um grupo de pesquisa, mas marcado por parcerias, tanto entre os membros do grupo, quanto com pesquisadores próximos que também contribuíram com as reflexões coletivas aqui publicadas em algum momento da elaboração desse dossiê.

O artigo “História da Educação e Pós Abolição em Iguaçu e Meriti”, de Amália Dias e de Nielson Rosa Bezerra ocupa um espaço de reflexão sobre as muitas famílias negras que formavam a principal parte da população da Baixada Fluminense durante as primeiras décadas do século XX. Os ambientes escolares e os projetos educativos aplicados foram analisados, buscando um contexto de pós-abolição, onde havia uma deliberada exclusão social da população negra mas que, contraditoriamente, contemplavam alunos e professores negros no processo de letramento aplicado nas diferentes escolas públicas que já existiam na região.

Daniela Cavalheiro analisa as modalidades de aprendizado não formais vivenciados pelas africanas livres Carolina e Delfina que viveram no trânsito entre Magé e a cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. De acordo com as leis oitocentistas, os africanos livres deveriam trabalhar por 14 anos para que tivessem garantido o direito a plena emancipação. Conquanto, nem sempre a lei era cumprida. Carolina Conga e Delfina Bié aplicaram o aprendizado e a solidariedade entre elas para resistir, lutar e buscar nos meios formais e não formais o que lhes eram de direito. A autora, com isso, também observa as relações de gênero e de trabalho entre os africanos livres e suas redes de solidariedade que atravessava o espaço físico e caracterizava parte de nossas muitas contradições de nossa sociedade escravista. Neste sentido, o artigo de Eliana Laurentino oferece uma contribuição interessante,

uma vez que a autora explora as apropriações das culturas africanas na Baixada Fluminense através do Museu Vivo do São Bento, uma experiência de educação não formal que se formaliza pela atuação de professores, alunos e técnicos no sentido de buscar legitimidade através do discurso da história e da memória. O Museu Vivo do São Bento, embora não se admita como tal, é muito mais do que um museu comunitário, mas um museu majoritariamente “preto”, uma vez que suas histórias estão baseadas em um território de memória quilombola estendendo-se pela fazenda do Iguazu, lugar de diferentes memórias da ancestralidade africana na Baixada Fluminense.

Talvez, uma das memórias mais poderosas da negritude da Baixada Fluminense resida nas tradições do Candomblé. O artigo de Eduardo Possidônio e de Nielson Bezerra busca as origens das religiosidades do tambor nos tempos da escravidão. Com fontes influências centro africanas, os autores buscam nos relatos de uma viajante francesa os sentidos dos toques e símbolos presentes nos batuques de senzalas. Do mesmo modo, os documentos das câmaras municipais e correspondências oficiais demonstram que a existência da ideia de candomblé na região desde o século XIX. Assim, os autores afirmam as origens centro africanas do candomblé na Baixada Fluminense bem antes da migração baiana do início do século XX. Também se utilizando da literatura, mas de um período mais recente, Edyanna Barreto e Joyce Pereira tratam do racismo e dos espaços de ensino e aprendizagem para crianças e jovens em escolas da Baixada Fluminense. Ancoradas nas perspectivas da Lei 10.639/03, as autoras propõem o uso da literatura e da história para ensinar como se combater o racismo na região. Então, a diversidade e a heterogeneidade da Baixada Fluminense são privilegiadas na análise reflexiva realizada sobre a construção do currículo e dos projetos políticos pedagógicos elaborados no cotidiano escolar. Também ancorada na lei que torna obrigatório o ensino de história da África e da cultura afro brasileira nas escolas, Marta Ferreira analisa os manuscritos de orixás e ítans coletados de uma mãe de santo do candomblé. Entretanto, a autora não se limita a uma leitura sob a ótica daquela expressão da cultura afro brasileira, Marta envolve os leitores com perspectivas sobre a produção espaço-tempo, extraído, do cotidiano de terreiros, possibilidades de transformar as noções de ensino e aprendizagem largamente aplicadas em nossas escolas. Encerrando o dossiê, o artigo de Moisés

Peixoto analisa a possibilidade de mobilidade social de mulheres escravas nas freguesias rurais de Jacutinga e Iguaçu durante os últimos anos do século XVIII. O autor analisa as redes de relacionamentos, algumas vezes, sexual-afetivo, como forma de consubstanciar as negociações das alforrias, algumas vezes, de diferentes membros de uma mesma família de escravos.

A Sessão Livre enriquece o número. O artigo de Cassio Remus analisa as concepções da sociedade e do tempo encontrados no jogo eletrônico *Rise of Nations*, da Big Huge, por meio de recursos historiográficos voltados aos estudos da imagem estática e em movimento. Já Edson Silva aborda os primeiros ares de modernização no sertão da Bahia através da abertura de estradas de rodagem, tendo por foco a cidade de Jacobina, em meados dos anos de 1950; o texto de Reinaldo França realiza um estudo da economia da pobreza através de uma análise da história social da Legião da Boa Vontade; e o Waldson Luciano investiga aspectos da cultura e a cidadania na fronteira Brasil-Bolívia, adotando como base representações sobre o boliviano difundidas na imprensa de Corumbá, Mato Grosso do Sul, no século XX.

Com a adição de mais duas resenhas de livros publicados recentemente, entregamos ao leitor este exemplar da ***Recôncavo***, que se consolida como uma importante referência de publicações sobre a região. Esperamos que a leitura do número seja tão necessária quanto foi realizá-la, bem como sua circulação possa atender os anseios de diferentes pesquisadores e cidadãos da Baixada Fluminense.

Amália Dias
Nielson Bezerra
Os editores